

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2013. Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às nove horas e trinta minutos, em segunda convocação, reuniu-se ordinariamente, o Conselho Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência, na sede da SETRAC – Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, localizada na Av. Ipiranga, 544 – Centro. Compareceram 12 (doze) conselheiros, representando a sociedade civil Carla Stumpf (Lar Santa Catarina), Vânia Cristina do Nascimento (Instituto Emanuel), Paulo Roberto Rodrigues (SOS Vida), Marcelo Gonçalves Corrêa (APDEF), Jaqueline Marques Corrêa (COMAC), Maria da Graça Tavares Monteiro (UCP), e representando o governo Wanda Borsato (Secretaria de Educação), Luis Carlos Maciel (Secretaria de Esportes e Lazer), Lorena de Oliveira (Fundação de Cultura e Turismo), Almir Schmidt (Secretaria de Meio Ambiente), Flávio de Jesus Branco (CPTTrans), Jorge da Silva Maia (Setrac). Com a presença de 16 (dezesesseis) pessoas, iniciou-se a reunião com a leitura da Ata da reunião anterior. Pediu a palavra Sra. Jaqueline Marques Correa (COMAC) e justificou que não compareceu à última reunião extraordinária porque não foi avisada. Sra. Wanda Borsato (Secretaria de Educação) também esclareceu sobre sua falta à reunião por estar participando de formação de professores em Seminário da Educação realizada na UCP e como foi avisada em tempo reduzido não conseguiu encontrar quem a substituísse. A presidência representada pelo Sr. Jorge Maia se responsabilizou e afirmou de que a partir de janeiro não haverá mais falhas na comunicação a partir da Casa dos Conselhos. Solicitou então ao Sr. Felipe Yoshinaga um acompanhamento mais próximo e anunciou que ele terá a corresponsabilidade da comunicação com os participantes. Sra. Wanda Borsato esclareceu ainda que, se a data está prevista não ocorrem faltas e solicitou um prazo maior na comunicação para que possa ocorrer uma substituição, caso seja necessária. Sr. Jorge Maia, presidente deste Conselho reafirmou que esta falha da comunicação será sanada a partir do mês de janeiro. Em seguida Sr. Luís Felipe da Cruz Silva (APDEF) lembrou que seu nome não constou na Ata mas foi esclarecido que tanto ele como Sr. Marcelo Correa (APDEF) representam a mesma instituição e que portanto somente o nome do titular é referenciado. Sr. Luís Felipe da Cruz Silva

(APDEF) apontou que mesmo como visitante seu nome não foi mencionado ao que foi explicado que na ata não aparecem os nomes dos visitantes. Sr. Luis Felipe da Cruz Silva renovou a solicitação de melhoria nas comunicações. O secretário Maia concluiu então que a Ata está aprovada. Dando continuidade foi lida a pauta para esta reunião, com os temas que não foram abordados na reunião anterior, tais como: Informações sobre o Centro de Referência e o Centro de Convivência, a Lei de criação do fundo para este Conselho, o Projeto do Plano de Acessibilidade e Assuntos Gerais. A presidência convidou Prof. Wanda Borsato (Secretaria de educação) a expor sobre o andamento de Centro de Referência. Ela declarou que o Centro de Referência é um espaço de acolhimento aos alunos da EJA. É composto por uma sala de recursos, onde estes alunos seriam acolhidos e assegurada sua aprendizagem. A professora procurou explicar o que é uma sala de recursos, declarando que não é sala de reforço escolar e não é classe especial. É um espaço em que o aluno tem potencializada sua aprendizagem, com professores especializados, com qualificação em nível de extensão ou de pós-graduação. Ela explanou também que alguns dos professores do município passaram por uma formação na UFRJ, de 60 horas, capacitando-os no programa do governo federal. Acrescentou que como este Centro de Referência está localizado no centro da cidade, ele poderá congrega e facilitar a vinda de alunos de escolas diversas. Como o espaço é amplo, poderá ser oferecido para a utilização do esporte adaptado, para encontro de pais, para trocas e parcerias, e será possível estar em íntima relação com a SETRAC e com a Secretaria de Esportes. A casa está em fase de licitação para obras que já foram aprovadas pelo proprietário e deverá ter início em 2014. Ali irá funcionar a Escola Municipal Paulo Freire, que possui um número significativo de pessoas com deficiência mas não é uma escola especial. A prof. explanou acerca deste item, reforçando que em nosso município trabalha-se com inclusão e não com escolas especiais e em acordo com o Ministério da Educação. Porém por uma questão histórica, existe um nicho do alunado que veio de instituições segregadas, que permaneceram na Escola Paulo Freire por ser uma escola central. Alguns com faixa etária elevada, em defasagem das séries e objeto de sonho do centro de convivência. Ressaltou também que a Escola possui cerca de 60 adultos, na faixa etária dos 25 aos 60 anos de idade. Devido a isso possui uma aparência de escola

especial, mas em sua constituição não o é. O presidente Sr. Jorge Maia tomou a palavra e sugeriu à Secretaria Wanda, que junto à Secretaria Monica Freitas seja agendada em janeiro uma visita deste Conselho ao espaço onde será instalado o Centro de Referência. O presidente explicou sua solicitação valorizando o conhecimento e experiência das diferentes instituições que compõe o Conselho, que poderão contribuir com sugestões para um melhor funcionamento nas diferentes áreas. Em relação ao Centro de Convivência, Sr. Jorge Maia enunciou que Sra. Érica marcou com Sr. Carlos Castilho, o responsável pela implantação deste equipamento em todo o Estado do Rio de Janeiro, mas devido aos incidentes que ocorreram naquela semana nos municípios da Baixada Fluminense, todos os componentes da Secretaria de Assistência Social estavam mobilizados e não puderam cumprir com a agenda. De acordo com comunicação telefônica, a visita seria agendada para o início de janeiro de 2014. O presidente deste conselho detalhou que os esclarecimentos seriam feitos por este representante mas adiantou que já possuía algumas informações inclusive a contrapartida que o Município poderá e deverá oferecer, mas os melhores dados do funcionamento e o relacionamento serão feitos pelo representante. Dando continuidade à pauta, passou-se à discussão sobre a Lei de criação do Fundo, para captação de recursos para este conselho. Com a palavra o presidente Sr. Jorge Maia ponderou que o funcionamento do fundo permitirá um maior número de ações para o atendimento da pessoa com deficiência. Acrescentou que apesar de não estar na pauta, iria reiterar sobre a importância da formação das comissões tanto quanto da criação do fundo. Solicitou então a participação da vice-presidência para informar sobre o que consta no Regimento Interno e na Lei de Criação e de alteração deste Conselho e o que é possível para que as comissões possam funcionar. Deu-se início à apresentação das comissões com o apoio do presidente Sr. Jorge Maia. As comissões seriam compostas por um representante da sociedade Civil e um do governo, num total de 12 representantes em seis comissões: Comissão de Ética e Disciplina, Comissão de Política Pública, Comissão de Articulação dos Conselhos, Comissão de Comunicação Social, Comissão de Fiscalização e Comissão de Orçamento e Finanças. Sr. Jorge Maia alegou que devido ao reduzido tamanho de nosso Conselho e as atribuições que já possui, seria mais eficiente se as comissões

fossem unidas para viabilizar a participação dos representantes. A implantação de seis comissões obrigaria a presença dos mesmos indivíduos em mais de uma comissão, dificultando assim a presença dos mesmos em diferentes reuniões marcadas. Sr. Jorge Maia atentou que ao analisar o material, observou e verificou que alguns temas das comissões dialogam entre si, como por exemplo: Comissão de Fiscalização e Comissão de Orçamento e Finanças, ou ainda Comunicação Social e Comissão de Articulação de Conselhos. Percebeu então que as seis comissões podem ser representadas por três comissões. Segundo a presidência, esta proposta deverá ser apresentada às instituições para que sejam discutidas numa plenária extraordinária ou na primeira plenária do mês de janeiro, porque este conselho não pode funcionar, e não funciona sem a constituição das comissões e afirmou ainda que estas comissões são de tanta importância quanto a realização da plenária. Sr. Jorge Maia propôs à plenária para que fossem feitas as críticas necessárias e já no início do ano ocorra a instalação das comissões. Articulou ainda que não há impedimento de que um mesmo indivíduo participe de mais de uma comissão. Sr. Marcelo Correa (APDEF) arguiu então sobre as comissões que já estão funcionando. Ao que o presidente deste CMDPD respondeu que após as eleições para o conselho, ocorreu nova formação de comissões e o mandato dos conselheiros e conselheiras foi encerrado naquele momento. Sr. Jorge Maia detalhou à todos que a comissão a que se refere Sr. Marcelo Correa, foi instalada dentro do corpo do conselho e não faz parte das comissões anteriormente citadas. Mas que dentro do regimento interno e da lei de criação dos conselhos também consta uma citação, em que poderão ser criadas outras comissões de forma que colaborem e deem continuidade as ações do conselho. O presidente expos que no momento da instalação das novas comissões, encaminhará na plenária para que não haja prejuízo destas comissões que já estão funcionando, para que sejam respaldadas e com seus feitos validados. Sra. Rosangela Romo (SOS Vida) solicita ao Sr. Felipe Yoshinaga que não esqueça de comunicá-la sobre os agendamentos das reuniões, lembrando que faltou à reunião extraordinária por não ter sido informada. Sr. Jorge Maia reforçou, solicitando que a comunicação ocorra com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, tanto por telefone como também por comunicação virtual, para que as falhas possam diminuir. Sr. Paulo Roberto

Rodrigues (SOS vida) lembrou que no último encontro, ele havia informado que não viria o que não aconteceu. Sr. Jorge Maia acrescentou que a participação de Sr. Paulo Roberto Rodrigues enriquece as reuniões. Dando andamento à agenda, o Projeto do Plano de Acessibilidade, o presidente Sr. Jorge Maia declarou que no dia anterior (12 de dezembro), em encontro com o Secretário do Meio Ambiente Sr. Almir Schmidt, Secretária da Educação Sra. Mônica Vieira Freitas e Secretário do Planejamento Sr. Eduardo Ascoly, pactuaram um compromisso de que o Plano de Acessibilidade fosse ligado a três setores do governo: ao Gabinete do Prefeito e às Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Obras. Segundo Sr. Jorge Maia, neste encontro surgiram vários temas ligados à acessibilidade a prédios públicos e a outros prédios de acesso da população, como bancos e supermercados. Sr. Jorge Maia acrescentou que o Secretário Eduardo Ascoly está preparando material a ser apresentado aqui no CMDPD. O presidente Sr. Jorge Maia reforçou o papel das Comissões que, quando formadas, será possível fazer o Dia de Fiscalização do CMDPD, pois não adianta só discutir, será necessário ir a campo e verificar. Sr. Flavio de Jesus Branco, (CPTRANS) contou que após última reunião, assistiu a um programa da InterTV em que a Vereadora Gilda Beatriz, que havia chegado neste momento, versava sobre Carteira de Habilitação para Deficientes. Sr. Flavio de Jesus Branco clama a participação do CMDPD como mais uma força na ajuda da implantação desta experiência em Petrópolis. Sr. Jorge Maia afirma que estes temas devem ser provocativos neste Conselho, da mesma forma que discussões sobre acessibilidade em conjuntos habitacionais, questões sobre educação, atendimento à saúde e outros. A conselheira Sra. Carla Stumpf (Lar Santa Catarina) lembrou que nenhuma autoescola do Município possui carro adaptado e intérprete de Libras, para permitir a acessibilidade de pessoas com deficiência. Vereadora Gilda Beatriz explicou já existe legislação sobre o tema, mas ninguém cobra. Ela declarou que fez alteração na lei impedindo que cobrem mais caro pelo serviço, o que frequentemente ocorre. Mencionou que chamou todos os representantes das autoescolas para conversarem, para expor a situação, mas compareceram somente dois. Manifestou que após o recesso, irá elaborar um ofício para sensibilizar os proprietários das autoescolas, a fazer um consórcio para a compra dos automóveis adaptados.

São aproximadamente 90 automóveis das autoescolas e nenhum deles está adaptado. Sr Jorge Maia elucidou que por lei cada autoescola deve possuir um veículo adaptado e que a atuação deste conselho inicialmente deve ser educativa, para em um segundo momento, atuar de forma mais intensiva e efetiva. A Vereadora Gilda Beatriz discorreu sobre as questões levantadas pelos proprietários das autoescolas tais como: a procura não é grande e desta forma onera as firmas na aquisição do automóvel. Segunda a Vereadora, uma alternativa para esta questão seria a aquisição de um único automóvel que seria comum a todas as firmas. Outro ponto diz respeito a que algumas autoescolas não possuem acessibilidade de comunicação para a parte teórica, enquanto outras tem. Para a Vereadora, as escolas com acessibilidade poderiam ser responsabilizar por este atendimento. Estas são algumas das opções feitas para iniciar o atendimento desta demanda da população com deficiência. O presidente Sr. Jorge Maia explicou que quando se fala em lei, não se pensa se vai aparecer o usuário ou não, é lei, tem que estar pronto. Não se pode pensar em esperar para adaptar o equipamento somente quando aparecer quem dele precisar. Sr. Marcelo Correa (APDEF) relatou sobre as dificuldades que encontrou para adquirir sua carteira de habilitação. Segundo ele, o problema não é somente a aquisição de automóvel adaptado, mas também a formação das pessoas que trabalham nestas firmas, pois não conseguem perceber o potencial do indivíduo, para além da deficiência observada. Sr. Jorge Maia apontou sobre a possibilidade de Petrópolis, com o conhecimento sobre o assunto, se tornar um polo regional de fornecimento deste serviço, sugerindo então, chamar a participação do DETRAN.

.....explicou que existe um programa do governo chamado Cidadania sobre Rodas, do governo do estado, em que pessoas com deficiência podem tirar sua primeira habilitação. Fica na Baixada Fluminense e a população petropolitana pode ser atendida. Sr. Luis Felipe da Cruz Silva (APDEF) manifestou que deseja tirar sua habilitação porém não há condições em nossa cidade. Sr. Paulo Roberto Rodrigues (SOS Vida) comentou que entrou em contato com Marcelo da Autoescola Marcelo, ofereceu seu automóvel para ser adaptado porém não houve interesse. Sr. Luis Carlos Maciel (Secretaria de Esportes e Lazer) relatou suas dificuldades em tirar a documentação e em adquirir o automóvel adaptado. Sr. Marcelo Correa (APDEF) lembrou que os triciclos

adaptados, são exemplos de transporte alternativo para pessoas com deficiência e assinalou que há dificuldades em saber qual será o tipo de habilitação específica para este tipo de transporte. Sr. Paulo Roberto Rodrigues (SOS Vida) descreveu sua dificuldade em ser profissional de taxi, porém a Vereadora Gilda Beatriz colocou que o Sr. Gilmar Silva de Oliveira da CPTRANS, irá permitir a reabertura das inscrições para quem se interessar, em data próxima. Sr. Jorge Maia anunciou que no início do ano virá a este CMDPD, o Sr. Gilmar Silva de Oliveira, presidente da CPTRANS e sua diretoria, para discutir e promover conhecimento acerca do atendimento de pessoas com deficiência no transporte público. De posse destas informações este conselho poderá instruir a população. Segundo o presidente, a necessidade primordial em janeiro será a realização de um curso de capacitação / qualificação deste Conselho. Foi solicitado à diretora do SETRAC, que entre em contato com pessoas capacitadas para ser decidido a data a ser realizada, provavelmente durante dois dias, para serem conhecidas todas as ações e legislação sobre o tema. Sra. Lorena de Oliveira (Fundação de Cultura e Turismo) lembrou do I Fórum Municipal em Defesa da Pessoa com Deficiência, realizado por esse Conselho em 28 de setembro de 2013, e os esclarecimentos da Dra Izabel Maior acerca da Acessibilidade, tema do Fórum. Sugeriu então um convite ao presidente do IPHAN para reunião neste CMDPD, para esclarecer como melhor atender à pessoa com deficiência em uma cidade com tantos prédios históricos. Esta solicitação foi rapidamente aceita pelo Presidente Sr. Jorge Maia que ampliou as discussões com provocações que podem ser feitas pelo Conselho. Sra. Lorena de Oliveira informou que realizou relatório dos assuntos discutidos no Fórum e encaminhou para a direção de finanças da Fundação de Cultura, sobre a acessibilidade dos pontos turísticos ligados à fundação de cultura, dando exemplos de impedimentos de acesso a vários espaços públicos. O Secretário solicitou que ela encaminhasse o relatório também a este conselho. Prof. Sra. Wanda Borsato (Secretaria de Educação) instruiu a todos sobre o despreparo da sociedade de maneira geral em atender este grupo que sempre esteve afastado do convívio com todos, marginalizado. Ela explicou que a Educação teve que dar conta das ações para envolver o alunado que se apresentou, fazendo rampas, alargando banheiros e procurando adequar o espaço físico no que foi possível. Acrescentou também

que hoje a sociedade está se movendo porque os deficientes estão se movendo também. A Prof. Wanda Borsato afirmou também que em Petrópolis, um dos grandes problemas da educação não é a formação dos professores, e sim o acesso dos alunos às escolas, já que o transporte público não é adequado. O Presidente Sr. Jorge Maia preconizou que o transporte coletivo em nossa cidade não atende às pessoas com deficiência, já que os ônibus que estão circulando, com plataforma, são planejados para cidades planas, o que não é o nosso caso. Sugeriu um convite aos empresários responsáveis pelo transporte coletivo, procurando sensibilizá-los e convidá-los a acompanhar um cadeirante para que ele possa perceber as dificuldades reais que estes indivíduos possuem em acessar o transporte. Sra. Jaqueline Correa (COMAC) descreveu que trabalha com um projeto para pessoas com deficiência mental em busca de autonomia destas famílias. Ela trouxe um questionamento, apoiada pela Secretária Mônica Freitas, para saber como está sendo processado o BPC na escola, (Benefício de Prestação Continuada), já que aparentemente o Município aderiu ao BPC em 2011, porém não o implantou. Prof Wanda Borsato discorreu sobre este processo, informando que o BPC na escola atende o aluno de zero até os dezoito anos, ou melhor, dezessete anos e onze meses. Ela apresentou também que possui um cadastro com todos os alunos que recebem BPC, dados necessários para atender à solicitação do Ministério da Educação para a realização do Censo Escolar. Prof Wanda Borsato esclareceu que realizou esta pesquisa e atualmente dispõe das seguintes informações: nome do aluno, escola que frequenta, data de nascimento e portanto a idade do aluno e o endereço. A solicitação do endereço visa a realização do mapeamento das pessoas com deficiência do nosso Município. A professora apurou que são cerca de 900 alunos incluídos, com 50% dos alunos recebendo BPC. Sra. Jaqueline Correa (COMAC) ilustrou que possui poucos alunos desta idade, e portanto, poucos recebem BPC. Declarou também que uma das propostas profissionais com que trabalha é promover a autonomia das famílias que recebem BPC. No Projeto desenvolvido na COMAC, procura capacitar pessoas com deficiência mental leve para a inserção no mercado de trabalho. Porém as famílias que recebem o benefício não se interessam em incluir os deficientes no mercado, pois temem perde-lo. O presidente Sr. Jorge Maia elucidou então que está havendo grande

equivoco, já que atualmente está previsto em lei, o retorno automático do benefício, frente ao desligamento das atividades exercidas. Ele apontou também que já está ocorrendo uma inversão de valores, já que as empresas se interessam por pessoas com deficiência, pois precisam preencher seus quadros com estes indivíduos. A Vereadora Gilda Beatriz declarou também que em 12 de dezembro de 2013, a Câmara Municipal de Petrópolis aprovou o Plano Plurianual da Cidade, PPA, com emenda criada pela Vereadora. A emenda foi aprovada pelos quatorze vereadores presentes à reunião, e prevê a criação de uma “Central de Intérpretes de Libras”. A vereadora chamou a atenção da importância desta emenda para o Município e a possibilidade de expansão deste conhecimento e prática para a sociedade. Sr. Luiz Carlos Maciel (Sec. Esportes e Lazer) pediu informações sobre a aquisição anunciada anteriormente de um terreno para a construção de Centro de Reabilitação. Sr. Jorge Maia revelou que o terreno ainda não foi comprado, mas já houve uma indicação do Prefeito para tomada de providências no sentido de que seja dado continuidade ao projeto. Sr. Flavio de Jesus Branco (CPTRANS) apresentou dados sobre a licitação sobre o taxi, informando que o processo foi encaminhado para a Divisão de Transportes Públicos. O Presidente tomou a palavra e salientou a importância deste Conselho em levar para todos os cantos da cidade, os meios de comunicações para que as famílias das pessoas com deficiência tomem conhecimentos dos seus direitos, tenham telefones de contato em casos de agressões às pessoas deficientes, falta do cumprimento da lei e falta de atendimento do serviço público. Segundo as palavras do presidente: “Será nossa tarefa disseminar o conhecimento sobre os direitos das pessoas com deficiência”. Sr. Marcelo Correa (APDEF) trouxe alguns informes sobre Paradesporto: o paratleta Gustavo (Guto) estará competindo em SP, no Campeonato Brasileiro de Paracanoagem. Semana passada na Universidade Estácio de Sá, em evento paradesportivo, a Confederação Brasileira de Rugby sobre cadeira de rodas anunciou que está doando cadeira de rodas, parapessoas tetraplégicas independentes em tocar a própria cadeira, interessadas em jogar rugby. Segundo Marcelo Correa, o paradesporto poderá permitir ao deficiente uma renda, inserção social, respeito da sociedade e de si mesmo, ferramenta útil permitindo a inclusão dos indivíduos. O presidente Sr. Jorge Maia agradeceu a presença da Vereadora Gilda Beatriz e de todos os

participantes e leu uma Mensagem de Natal a todos os participantes. Sem mais assuntos em pauta a reunião foi encerrada às 11 horas e 14 minutos e eu, Maria da Graça Tavares Monteiro, Vice-presidente do CMDPPD, lavrei e assino a presente ata juntamente com o Presidente do CMDPPD, Jorge da Silva Maia.